

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 15/09/2015 - Edição 1353

Empresa que teve arsenal roubado não podia guardar armas, diz Exército.



Exército Brasileiro fez vistoria na empresa após o roubo. Transportadora tinha apenas a guia de tráfego do material, diz Exército.

A transportadora que mantinha um arsenal de 77 de armas que foram roubadas na manhã desta segunda-feira (14) em Fortaleza não tinha permissão para o armazenamento do material. A constatação foi feita pelo Exército Brasileiro, que enviou uma equipe do Serviço de Fiscalização de Produtos para verificar a situação da empresa.

Em nota, o Comando da 10ª Região Militar informou que a

empresa possui a guia de tráfego, documento que autoriza o transporte das armas e munições, mas não tem autorização para armazená-las e, por isso, foi autuada. O material que ainda permanecia na transportadora foi apreendido e levado para uma Organização Militar do Exército Brasileiro, onde vai permanecer durante o processo administrativo que a empresa deve passar.

O crime

O assalto ocorreu no início da manhã desta segunda-feira. Segundo o delegado Raphael Vilarinho, o grupo abordou os primeiros funcionários que chegaram à transportadora onde as armas estavam. Os trabalhadores foram rendidos. “Quatro homens fizeram a abordagem. Eles foram muito violentos, agressivos. Tiraram as armas de dentro da transportadora”, conta o delegado. Os suspeitos fugiram em seguida em um carro.

Ainda de acordo com o delegado, as armas seriam entregues a diversos clientes, inclusive clubes de tiros do Ceará. Todas estavam na sede da transportadora desde sexta-feira (11), mas somente nesta segunda-feira as entregas seriam feitas.

Policiais da DRF e Vilarinho estiveram na transportadora colhendo depoimentos e imagens de segurança. Buscas estão sendo realizadas para tentar localizar o veículo utilizado na fuga dos suspeitos.

FONTE: G1

Assalto a agência do Bradesco em Estância (SE) deixou vigilante em cadeira de rodas



Foto: Hélio Rocha

Por volta das 13h15 do dia 05 de janeiro deste ano, três bandidos vestidos de mulheres adentraram na agência do Bradesco no centro de Estância e anunciaram um assalto. O assalto foi marcado por muita correria e nervosismo dos clientes e funcionários que se encontravam nas dependências da agência.

Após nove meses, os reflexos negativos desta ação ainda refletem na vida do vigilante Antônio Carlos, mais conhecido como “Barriga”. Ele encontra-se em uma cadeira de rodas, com sérios problemas de saúde resultantes do impacto psicológico sofrido naquela triste tarde de segunda.

SINDIVIGILANTE - O Sindicato dos Vigilantes do Estado de Sergipe, representado por seus diretores, ao ficar sabendo da situação do Vigilante Antônio, dirigiu-se a cidade de Santa Luzia do Itanhy, onde reside o Vigilante e seus familiares. Lá, o Presidente do Sindivigilante/SE Reginaldo Gonçalves, colocou a estrutura do Sindicato à disposição do trabalhador, de forma a ajudá-lo a minimizar o sofrimento.

Os diretores do sindicato cobraram da Prosegur que seja prestada assistência médica ao trabalhador, que até o momento pouco foi assistido. Por sua vez, a empresa comprometeu-se a estreitar o contato e apoio ao vigilante.

Os sindicalistas comprometeram-se com o trabalhador e com seus familiares a prestar total e irrestrito apoio no que for necessário e dentro das possibilidades do sindicato, ao tempo em que desejaram melhoras na saúde do Vigilante Antônio.

Por: Sindvigilantes/SE

Vigilante é preso por facilitar acesso de criminosos a banco, diz polícia

Um vigilante foi preso suspeito de ter facilitado o acesso de dois criminosos a uma agência bancária no Vila Industrial, em São José dos Campos (SP), na madrugada desta segunda-feira (14). A dupla fez um buraco em uma parede da agência para entrar no local e fugiu com R\$ 706 em dinheiro.

Segundo a Polícia Civil, o vigilante, que trabalha há cinco meses em uma empresa terceirizada, entrou para trabalhar na manhã deste domingo (13) e faria um plantão de 24 horas. A polícia acredita que ele tenha facilitado

a entrada de dois assaltantes durante a madrugada.

O objetivo dos criminosos seria chegar ao cofre principal da agência, onde ficam as cédulas de dinheiro. A dupla não conseguiu e acessou apenas um cofre onde estavam guardados R\$ 2,5 mil em moedas. A quantia levada não havia sido contabilizada até a publicação desta reportagem. A ação

terminou às 5h e a dupla levou ainda uma TV e dois celulares.

O vigilante acionou a polícia logo em seguida e acabou preso, depois que a polícia desconfiou da participação dele ao analisar imagens do Centro de Operações Integradas (COI) de São José. Os dois assaltantes ainda não haviam sido localizados até o fim da manhã desta segunda.

Outro lado

Até a publicação desta reportagem, o banco e a empresa responsável pelo vigilantes ainda não haviam se manifestado sobre o assunto.

Fonte: G1

Interfort contesta informação de que vigilantes não possuem espaço para refeições no RN

Depois de publicada, na última semana, a matéria “Situação humilhante no aeroporto Aluizio Alves, em Natal (RN)”, em que o Sindsecur-RN denuncia a humilhação a que vigilantes da empresa são submetidos, a assessoria da empresa entrou em contato com a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e informou não ter conhecimento do fato. Na publicação, a situação é retratada em

uma foto mostrando um trabalhador vestido com uniforme da empresa e fazendo uma refeição em um banheiro. A CNTV vai investigar a fundo as denúncias e, caso sejam confirmadas, encaminhará o assunto às autoridades competentes.

Leia a nota enviada pela empresa.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em razão de nota publicada no site do Sindsecur, na qual a Interfort Segurança

é acusada de não oferecer local adequado para que seus vigilantes que trabalham no Aeroporto Internacional Aluizio Alves possam fazer suas refeições, a empresa desmente as acusações e esclarece que as dependências do Aeroporto possuem dez refeitórios, sendo que um deles é destinado ao uso dos vigilantes da Intefort Segurança. O refeitório conta mesas e cadeiras, micro-ondas, ar-condicionado, pia para limpeza de utensílios e televisão.

Fonte: CNTV

Ministério Público do Trabalho tenta evitar demissões no HSBC

O Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) entrou com uma ação com pedido de liminar contra os bancos HSBC e Bradesco na última quinta-feira (3). A ação resulta de uma série de negociações com o HSBC por conta de demissões em massa ocorridas no ano passado e da atual negociação de compra do banco pelo Bradesco, visando garantir a manutenção de direitos trabalhistas dos empregados após a transação.

O primeiro inquérito foi instaurado após denúncias do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Maringá e Região, em novembro passado, de que o banco estaria promovendo dispensas em massa, totalizando em torno de mil casos desde o início de 2014. O sindicato realizou tentativas de negociação, negadas pelo banco.

O MPT-PR entrou então como mediador das negociações, com o objetivo de suspender as dispensas coletivas. O inquérito foi arquivado no final de novembro quando se teve notícia de que as demissões foram suspensas e que uma negociação coletiva foi iniciada.

Entretanto, em maio de 2015 houve um pedido de desarquivamento do inquérito após a notícia de que o HSBC encerrava as atividades no Brasil. O Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região pleiteou junto ao banco a inclusão de cláusulas que garantissem os direitos dos trabalhadores na negociação.

Em investigações realizadas desde

então, concluiu-se que as dispensas em massa ainda seriam um risco aos trabalhadores, visto que nada havia sido estabelecido quanto a demissões futuras no banco. Não há qualquer garantia de manutenção dos empregos dos funcionários pelo HSBC e pelo comprador Bradesco em procedimento oficial junto ao MPT-PR, apesar de ser veiculado na imprensa a informação de que não haverá demissões.

Por essa razão, uma ação com pedido de liminar foi instaurada, solicitando à Justiça do Trabalho que os réus se abstenham de realizar demissões em massa sem prévia negociação coletiva; que mantenham o pagamento do vale alimentação e do seguro-saúde por cinco anos a partir da dispensa; que ofertem

cursos de qualificação profissional e auxílio na busca de novos postos de trabalho aos empregados dispensados; que concedam a preferência aos empregados dispensados em casos de recontração e que compensem todos os trabalhadores dispensados com o pagamento de um salário bruto para cada ano de serviço prestado.

No caso de descumprimento das obrigações, a procuradora do trabalho Margaret Matos de Carvalho pleiteia multa de R\$ 20 mil por empregado demitido por dia. Além disso, o MPT-PR solicita a concessão de medida cautelar para bloqueio de R\$ 250 milhões do banco. A multa solicitada por dano moral coletivo é de R\$ 10 milhões.

Fonte: Paraná Online

Em defesa da DEMOCRACIA e contra a TERCEIRIZAÇÃO
Senador PAULO PAIM percorre o Brasil

Já fomos...
Belo Horizonte
Florianópolis
Curitiba
Porto Alegre
Rio de Janeiro
São Paulo
Recife
Fortaleza
Natal
João Pessoa
Manaus
Boa Vista
Teresina
São Luis

Estamos indo...
Salvador - 18/9
Brasília - 25/9
Aracaju - 8/10
Maceió - 9/10
Porto Velho - 22/10
Rio Branco - 23/10
Belém - 5/11
Macapá - 6/11
Vitória - 19/11
Palmas - 3/12
Goiânia - 4/12
2016
Cuiabá - 18/2/16
Campo Grande - 19/2/16

ENCERRAMENTO COM EVENTO NACIONAL EM BRASÍLIA DIA 12 DE MAIO, NO GINÁSIO NILSON NELSON, COM DELEGAÇÕES DE TODO PAÍS. SERÁ APROVADA A CARTA À NAÇÃO

ATUALIZADA



